

**ATA DA SESSÃO PLENÁRIA
DO CONSELHO LOCAL DE AÇÃO SOCIAL DA REDE SOCIAL DE
SANTIAGO DO CACÉM**

Ao vigésimo terceiro dia do mês de junho de dois mil e quinze, reuniu o Plenário do Conselho Local de Ação Social de Santiago do Cacém, pelas catorze horas e trinta minutos, na Sala de Sessões da Sede do Município. A reunião iniciou trinta minutos após o período regulamentar de tolerância por falta de quórum. A sessão foi presidida pelo senhor Vereador da Ação Social da Câmara Municipal de Santiago do Cacém, Norberto Barradas, em representação do Presidente do CLASSC, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto 1) Leitura e aprovação da ata da reunião anterior; Ponto 2) Adesão de nova entidade à Rede Social de Santiago do Cacém; Ponto 3) Atualização da lista dos parceiros da Rede Social de Santiago do Cacém 4) Atualização do Diagnóstico Social de Santiago do Cacém; Ponto 5) Apresentação do Projeto “1 colchão 1 coração” – Plataforma Social de Odemira; Ponto 6) Apresentação do CAFAP – Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental de Santiago do Cacém e Sines; Ponto 7) Informações gerais.

Ponto 1 : Foi colocada para aprovação a ata do plenário realizado no dia dezassete de março de dois mil e quinze a qual foi aprovada por maioria com três abstenções, por ausência dos parceiros na sessão plenária anterior, e com as alterações propostas pelos parceiros.

Ponto 2: O Presidente do CLASSC passou a palavra a Maria Alberto Branco, em representação do Núcleo Local de Santiago do Cacém do Movimento Democrático de Mulheres (MDM), nova entidade que pretende aderir à Rede Social. Maria Alberto Branco apresentou os objetivos gerais do MDM, bem como as ações desenvolvidas a nível do país, com destaque para as realizadas no município de Santiago do Cacém. O MDM é uma organização independente do Estado, de partidos políticos ou de religiões. O seu objetivo central é a luta pela emancipação das mulheres, pela paz e pela dignidade humana, que consideram indissociável da igualdade, da democracia, da justiça social e do desenvolvimento. Promovem a consciência das mulheres sobre os fundamentos da desigualdade de género. Lutam pelo direito ao trabalho, contra a discriminação sexual ao nível dos salários, pela criação das condições efetivas de qualidade de vida.

A sua atividade tem-se baseado em ações de promoção da intervenção das mulheres na solução dos seus problemas, pela transformação das mentalidades e a construção de uma sociedade em que a igualdade seja uma realidade.

O Núcleo Local de Santiago do Cacém do MDM foi constituído há alguns anos e após um período de inatividade foi reativado em dois mil e catorze. A sua ação tem incidido sobretudo ao nível da desocultação do contributo dado pelas mulheres para o desenvolvimento da comunidade. Para além da participação no projeto “Criar Mundos de Igualdade – Agir e Convergir para Mudar”, desenvolveram um trabalho local sobre “Mulheres e Itinerários de Vida”, que deu origem a uma exposição que esteve patente no Museu Municipal de Santiago do Cacém e a um debate sobre a participação das mulheres na Reforma Agrária. Mais recentemente, e em parceria com a Assembleia Municipal de Santiago do Cacém, organizaram um encontro “As Mulheres No e Pelo Poder Local Democrático”, durante a qual foram homenageadas as autarcas eleitas no município de Santiago do Cacém desde 1976 até aos dias de hoje.

Após a apresentação o Presidente do CLASSC colocou à aprovação a adesão do MDM ao CLASSC a qual foi votada por unanimidade.

Ponto 3: O Presidente passou a palavra a Filomena Marquês, do Secretariado Técnico do CLASSC. Referiu que por existirem entidades constantes da listagem de parceiros, já extintas, considerou o Núcleo Executivo colocar à consideração dos presentes retirar os mesmos da lista e atualizar, também, novas designações de algumas entidades, nomeadamente dos Agrupamentos de Escolas e das Uniões de Freguesias. Proposta de nomes a eliminar: Associação de Pais da EB1 e Jardim de Infância n.º3 de Santo André; o Compufour; a Escola Secundária Manuel da Fonseca; as Juntas de Freguesia de Santiago do Cacém, de Santa Cruz, de S. Bartolomeu da Serra, de S. Domingos e Vale de Água; LASA, o Núcleo de Estudos Mirobricenses, Petrocoop e a Studytrab. Foi consensual entre os parceiros que a lista seja atualizada.

Ponto 4 – Filomena Marquês propôs que a atualização do Diagnóstico Social, realizada semestralmente passe, a partir deste ano, a ser realizada anualmente.

Em relação à presente atualização do Diagnóstico Social, esta foi apresentada pelos elementos do Núcleo Executivo: Filomena Marquês, Manuela Viveiros e Ana Martins e por Fernanda Gouveia, Presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Santiago do Cacém. O trabalho foi realizado com base em fontes e indicadores oficiais que abrangeram os anos de dois mil e onze a dois mil e catorze.

Documento que é dado como reproduzido em anexo à presente ata.

Ponto 5 – Pedro Pinto Leite, da Plataforma Social de Odemira (PLAS) apresentou a adesão ao projeto “1 Colchão, 1 Coração”. O presente projeto decorre de um protocolo estabelecido com a Associação de Hotelaria de Portugal, que prevê a recolha pela PLAS de vários equipamentos disponibilizados periodicamente pelas unidades hoteleiras e empresas parceiras da AHP, e posterior distribuição pelos seus parceiros ou outras instituições sociais e cidadãos carenciados. Pedro Pinto Leite disponibilizou estes equipamentos aos parceiros do CLASSC, sempre que haja disponibilidade dos mesmos, para quem os solicite.

Ponto 6 - Adriana Silva, Coordenadora do Centro de Apoio Familiar e Acolhimento Parental (CAFAP), “Porta Aberta”, de Santiago do Cacém e Sines fez a apresentação do

CAFAP – Porta Aberta, da Espiga, cujos apoios estão direcionados para as famílias com crianças e jovens em risco. Os seus objetivos são: prevenir situações de risco psicossocial; Desenvolver competências parentais, pessoais e sociais das famílias; Promover a parentalidade positiva; Capacitar as famílias promovendo e reforçando dinâmicas relacionais de qualidade e rotinas quotidianas; Aumentar a capacidade de resiliência familiar e individual; Prevenir a retirada de crianças e jovens do seu meio natural; Fomentar o regresso da criança ou do jovem ao seu meio familiar, designadamente nos casos de acolhimento em instituição ou em família de acolhimento, através de uma intervenção especializada junto da família, entre outros.

O CAFAP trabalha diretamente com a CPCJ, EMATS, entidades públicas e privadas.

As modalidades de intervenção são: preservação familiar com sessenta e oito vagas e a planificação familiar com doze vagas.

As atividades são focalizadas para as famílias no âmbito do treino das competências parentais e familiares, através da formação parental, do apoio psicopedagógico e social.

Ana Clara Birrento, representante do Instituto de Segurança Social de Setúbal, reforçou que esta é uma intervenção de primeira linha para famílias que têm crianças e jovens em risco. Após as alterações que aconteceram, durante este ano, ao nível das CPCJs, na primeira oportunidade que o Centro Regional de Segurança Social de Setúbal teve para celebrar acordos de cooperação, em abril de dois mil e quinze, a verba disponível foi canalizada para instituições que tivessem a desenvolver esta resposta de CAFAP. Nesta região foi celebrado com a ESPIGA, que abrange Sines e Santiago do Cacém.

Neste momento, todos os municípios do Distrito de Setúbal têm uma resposta de CAFAP, apoiando seiscentas e quarenta e seis famílias. Resposta fundamental e sensível para as famílias com jovens e crianças em risco.

Ponto 7 – Ana Clara Birrento informou que foi aprovada, recentemente, a Lei que reconhece a profissão de amas. É mais uma forma de apoio à comunidade e às famílias. Mantem-se o conceito de ama com quatro crianças, até aos três anos de idade. A Lei prevê duas possibilidades ou integração das amas em instituições de solidariedade social (creche social) ou como trabalhadoras independentes. Neste último caso, terão de ter forçosamente formação, como todas as outras. A possibilidade de criação do próprio emprego, pode ser apoiada através de medidas do IEFP.

Raquel Hilário, em representação da Associação de Desenvolvimento Local (ADL), questionou sobre quem vai ministrar as formações, se as instituições ou a Segurança Social. Ana Clara Birrento respondeu que esta questão ainda se encontra em análise.

Raquel Hilário informou que a ADL foi aprovada na pré-qualificação para a gestão do programa de Desenvolvimento Local de Base Comunitário (DLBC) - Rural e Costeiro e nesta altura está a preparar a parte final da segunda fase da candidatura.

Mais informou que ainda não é conhecida a dotação financeira para o Alentejo Litoral. As candidaturas para os apoios dos equipamentos sociais não vão constar do DLBC, mas sim do Programa Operacional do Alentejo. As candidaturas são feitas, a partir de janeiro de dois mil e dezasseis, no portal do “Portugal 2020”. Acrescentou que está previsto que a ADL seja a entidade gestora dos apoios na componente imaterial (planos de atividades das instituições, animação intergeracional, contratação de técnicos, envelhecimento ativo, entre outros).

Para finalizar Ana Clara Birrento informou que está para muito breve a abertura de avisos de candidaturas para os Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS) e para as Redes Locais de Intervenção Social. Prevêem-se prazos muito curtos para se conceberem os projetos de candidatura. A Portaria cento e setenta e nove, que regula os CLDS, publicada a dezassete de junho, identifica os territórios que se podem candidatar. Chamou a atenção para o CLAS para o facto de estas candidaturas exigirem muito trabalho para os próximos meses, uma vez que desde as atas à submissão da candidatura tudo tem de ser carregado eletronicamente na plataforma. Referiu que os processos têm de estar muito bem instruídos, porque basta um dos critérios não ser cumprido para a candidatura ficar barrada.

Nada mais havendo a tratar foi encerrada a sessão pelo Presidente do CLASSC pelas dezasseis horas e quarenta e oito minutos.

Pl’o Senhor Presidente do CLASSC, Norberto Barradas

O Secretário,